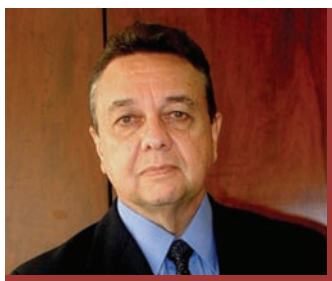


Diário de bordo

Mato Grosso e o trem da soja



Roberto Rodrigues*

MAIS UMA safra se aproxima e a produção de soja brasileira vive um cenário de incertezas sobre o plantio. No momento em que cresce a procura mundial por alimentos, o Brasil pode não atender a grande parcela da demanda porque os sojicultores de Mato Grosso, maior estado produtor do grão no País, enfrentam uma série de problemas.

O custo de produção para a safra deste ano talvez impeça o tão esperado crescimento da oferta de alimentos no estado. Se os preços dos fertilizantes continuarem aumentando, Mato Grosso não tem como produzir mais. As altas, somente nos últimos 12 meses, foram de mais de 150%. A situação é complicada para todos os agricultores, mas para os produtores mato-grossenses toma proporções muito maiores, uma vez que o estado utiliza mais fertilizantes por hectare que as outras principais regiões produtoras do Brasil. Se não bastasse isso, ainda pagam adicionais de US\$100 por tonelada para transportar o fertilizante, normalmente por caminhão, desde os portos até as regiões produtoras. Os produtores farão as contas e poderão diminuir a adubação, sacrificando a produtividade em benefício da renda.

Na outra ponta da equação, os preços recebidos pelos sojicultores são cada vez mais defasados em relação aos de outras regiões, devido à logística inadequada.

Com as seguidas altas do petróleo, a falta de investimento em novos modais de transporte e a baixa qualidade das estradas, os produtores do estado recebem alguns reais a menos por saca de soja que seus colegas do Sul do País.

Assim, não será nessa oportunidade magnífica que veremos uma recuperação de renda na sojicultura de Mato Grosso. Por isso, apesar de representar grandes avanços, a repactuação das dívidas agrícolas precisa ser mais abrangente. Todas as dívidas devem ser renegociadas, e não apenas o percentual de 30% das operações contratadas pelos bancos. Além disso, o FRA (Fundo de Recebíveis do Agronegócio) precisa ser definitivamente implementado. Porque também os recursos para o crédito de custeio ainda são uma incógnita.

O mundo cobra do Brasil a produção sustentável. Os produtores estão fazendo a sua parte, colocando em campo tecnologias que aumentam a produtividade em detrimento da abertura de novas áreas. Mas, para continuar na atividade, os produtores terão que colocar os pés nos freios. O estado de Mato Grosso tem milhões de hectares de pastagem que poderiam ser utilizados para produzir mais soja, porém o sojicultor está descapitalizado para investir nessas áreas.

Se o custo de produção continuar proibitivo, o aumento da oferta de soja para transformar a proteína vegetal em proteína animal corre sério risco de não atender à demanda com a mesma velocidade com que crescem a renda *per capita* e o número de habitantes dos países em desenvolvimento. E podemos perder o trem da rara oportunidade. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Agronegócio e a cidadania



Cesário Ramalho da Silva*

A AGENDA de desenvolvimento do Agronegócio impõe cada vez mais compromissos do setor com a sociedade. Essa premissa não deve ser mais ignorada. O agro indubitavelmente precisa expressar o seu respeito socioambiental e a sua responsabilidade econômica se quiser contar com o apoio dos consumidores, das autoridades, dos fornecedores de crédito, investidores, da comunidade internacional e de tantos outros públicos de interesse.

Sem essas parcerias, o setor vai estacionar e retroceder. Com alianças de interesse público, o caminho é o inverso, de prosperidade. O mundo de hoje não aceita mais pensamentos corporativistas e ações sectárias. Uma reivindicação, uma sugestão, uma proposta precisa avaliar o interesse da maior gama de pessoas e setores envolvidos.

Bancos, por exemplo, usam critérios ambientais para conceder ou negar crédito. Consumidores mais conscientes, com poder de influência sobre pessoas e empresas, avaliam se um ou outro produto valorizou atributos sociais em seu processo de fabricação. Dessa forma, o agronegócio precisa de líderes com visão holística. Profissionais que tenham a percepção de que tudo é interdependente, de fatores a pessoas, que impactam em qualquer negócio. Diagnosticar, planejar e agir com base “no todo” é angariar mais informa-

Opinião

Semear o trigo

ções, que certamente levarão a decisões mais corretas e com menos riscos.

Na esfera econômica, a recente renegociação das dívidas rurais é exemplo, de que avaliar de forma global contribui para a assertividade dos movimentos institucionais do setor. E que o contrário colabora para que o agro seja visto de forma pejorativa, como um nicho de mercado e não como a alavanca de toda a economia.

Ter visão holística é mostrar que as medidas de renegociação do endividamento rural beneficiam toda a sociedade, não apenas os produtores. A renegociação permite aos produtores permanecer na atividade e reorganizar contas, obtendo condições para aumentar a produção, garantindo o abastecimento, a preços equilibrados, de produtos agropecuários para o País e o exterior.

A renegociação mitiga o risco de quebra de parcela significativa dos produtores que, sem ela, ficariam sujeitos a engrossar fileiras de empresários falidos e seus funcionários a se tornar desempregados no campo e, como consequência, migrando para as grandes cidades.

O suporte à atividade rural tem o efeito multiplicador de dinamizar a cadeia produtiva da agropecuária, as economias das regiões produtoras, os negócios do setor industrial e de serviços, garantindo e gerando empregos, bem como contribuindo para o incremento da riqueza do País. A pergunta que fica é será que a sociedade sabe de tudo isso? Falta-nos esse tipo de diálogo com a massa urbana.

Em um mundo caótico, saturado, regido por uma avalanche de notícias, é importante ter um discurso único e um diálogo permanente. O agro não pode ter posições fragmentadas. O setor precisa entender que a imagem que fica para a sociedade é a soma de todas as suas imagens. ■



João Sampaio*

TÃO REMOTO quanto o seu cultivo no mundo, datado de seis mil anos, é também a ligação entre o preço do trigo, o pãozinho francês e a inflação. No Brasil, o produto é sempre um dos vilões da inflação seja qual for o período. Desta vez, não é diferente. Os preços do trigo no mercado internacional aumentaram 125% no último ano. Há somente uma razão, e simples, para o crescimento, que é a oferta menor que a demanda. A solução é produzir mais. Para tanto, políticas de fomento à produção estão sendo implementadas, e já surtem efeito.

No estado de São Paulo, foi iniciado um projeto que envolve toda a cadeia – produtores e sindicato de moinhos – e o governo entra como indutor, oferecendo sementes certificadas. Um acordo de cooperação foi firmado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do seu Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). O moinho adquire a semente certificada da secretaria, desenvolvida nas unidades de produção do estado, e repassa ao produtor com o compromisso de receber a quantidade em dobro na colheita, por um preço de referência.

Há inovação nessa experiência. A negociação direta aproxima produtores e moinhos, que tradicionalmente eram distantes. Outro fator é a participação de 25% nos custos de produção, pois o moinho

oferece a semente ao agricultor, que investe mais recursos em tecnologia de fertilizantes e defensivos, proporcionando produtividade maior e de qualidade.

Talvez até passe despercebida, mas um outro diferencial do programa do trigo paulista é a não-interferência do governo no crédito ou na compra do produto. Se olharmos no retrovisor das políticas agrícolas do País, as intervenções do setor público ou são direcionadas à oferta de recursos a juros subsidiados ou à garantia de compra do produto por preços mínimos. Em alguns momentos de crise de liquidez dos produtores, ou para assegurar abastecimento da população, tais medidas são mais justificáveis, entretanto não deveria ser a regra nas ingerências feitas pelo governo.

O trigo é ainda mais emblemático. O Brasil consome 10,25 milhões de toneladas por ano, e devemos produzir em torno de 5,2 milhões, portanto somos importadores, e dos grandes. Mesmo com o aumento de produção de 35% ficamos aquém da nossa demanda, portanto os preços continuarão a atrair para o cultivo do cereal. O aumento de área é imprescindível. No estado de São Paulo, a região sudoeste é o reduto da produção de culturas de inverno, com destaque para trigo e triticale. A expectativa é quase dobrarmos a área, dos atuais 55 mil hectares para 80 mil hectares com o programa do trigo.

Tradicional importador de trigo, o Brasil sempre ficou à mercê do mercado internacional, seja os devaneios das políticas de *contenciones* argentinas, que param as exportações e retornam conforme a intensidade dos protestos de seus produtores, ou da imposição de preços dos canadenses. Mais que isso, o consumidor e o produtor brasileiros são também expostos às políticas agrícolas de cana ano safra. Para nos tornarmos auto-suficientes, as medidas têm de focar o aumento de produção, sem depender da disponibilidade de recursos, que são poucos para tantos. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)